

1

O longo trajeto dos estudos sobre memória

Para atingir o objetivo desta tese, que é o de caracterizar um tipo de memória que cunhei como memória do desconforto a partir da interpretação de textos literários, é imprescindível que possamos voltar no tempo e observar a evolução das concepções epistemológicas acerca do tema. Este capítulo, portanto, tenderá ao teor descritivo em função de sua necessidade, procurando problematizar, sempre que possível, os campos obscuros de análise, gerando, ao fim do mesmo, um *corpus* teórico para embasar as interpretações das obras literárias e configurar o meu ponto de vista.

A escolha de um recorte cronológico foi pensada como mais adaptada às necessidades desta tese e, por vezes, facilitará a compreensão da evolução dos estudos ou ainda dos movimentos de avanço e retomada, tão característicos das alterações paradigmático-epistemológicas.

1.1

Da Antiguidade ao início da Modernidade

A concepção de memória varia consideravelmente da Antiguidade ao início da Modernidade: enquanto Platão (Apud. HAMILTON, 1963) argumentava que o treino retórico diminuía a capacidade de lembrar, os retóricos romanos desenvolveram esta arte exaustivamente. Muito embora de opiniões contrastantes, duas ênfases eram compartilhadas dentro desse período histórico. Primeiro, a ideia de que a memória é um processo ativo definido por duas atividades, armazenar e recuperar. Segundo, que essas atividades são a base do aprendizado e do conhecimento.

Uma maneira útil de discernir as diferenças dentro dessa tradição é observar as contraposições entre a memória dialética (ou filosófica) e a memória retórica. A

principal fonte sobre a memória dialética é a filosofia moral grega, em especial a obra *Fedro*, de Platão. A pesquisadora Jennifer Richards (2007) aponta que a obra de Platão explora a relação entre retórica e dialética, entre persuasão e raciocínio. Segundo a autora, Platão argumenta que somente uma educação em filosofia, na arte da dialética, representada pelo debate entre os personagens Sócrates e Fedro, fortaleceria a memória. Ou ainda, que somente uma educação filosófica possibilitaria a percepção de uma capacidade inata de raciocinar e, assim, viver uma vida dentro da moral. Essa capacidade é descrita por Sócrates, de acordo com a pesquisadora, como uma memória das origens divinas da alma. Por exemplo, quando Sócrates vê um belo jovem, como Fedro, ele deve controlar qualquer desejo luxurioso e lembrar que ele deve encontrar a verdadeira ideia original de beleza. O uso adequado dessa lembrança inspira o filósofo a ensinar ao belo jovem essa verdade ou ainda lembrá-lo dessa verdade. Isso é contrastante com a educação retórica oferecida a Fedro pelo sofista Lísias, citado no início do diálogo e que representará o modo mais forte de “lembrar” e “pensar”.

O treinamento retórico é destituído de validade por Sócrates, que demonstra, segundo Richards (2007), como professores e praticantes dessa teoria são acusados de satisfazer desejos pessoais e obter vantagens políticas. Mais incisivamente, esse método de “pensar” e de se comunicar, que dependia de memorizações de falas que seguiam uma estrutura pré-determinada presentes em manuais de ensino, foi tachada como somente exercício de memória, de acordo com a opinião de Richards (2007). Assim, a pesquisadora aponta que tais exercícios mais exauriam a memória que a nutriam, porque a tornava dependente das proposições a serem memorizadas. Além do mais, tais atividades não encorajavam o raciocínio, o qual, segundo Sócrates, era fundamental para percebê-lo como uma capacidade presenteada a nós pela divindade.

Richards (2007) demonstrará, em seguida, que a obra de Aristóteles, *De Memoria et Reminiscentia*, também é um estudo sobre a memória dialética, mas esta apresenta uma abordagem muito diferente da de Platão. De acordo com a pesquisadora, a proposta de Aristóteles está mais baseada na observação de como a mente armazena informação. A ênfase de Aristóteles está na sua compreensão dos caracteres associativo e visual da memória. O filósofo sugere que toda

memória tem uma ligação visual e uma qualidade afetiva, os quais nos permitem o ato de lembrar. Ele também aponta uma distinção importante entre lembrar e recordar, sendo recordar uma ação deliberada, o que envolveria, então, um raciocínio independente, como aponta Richards (2007).

Na Idade Média e na Renascença, o treino mnemônico foi central nos currículos educacionais.

De acordo com Richards (2007). De um lado, a ruminativa contemplação de textos bíblicos (*Memoria verborum*) na tradição monástica inicial, fundada por Agostinho de Hipona; e de outro, as técnicas retóricas que favoreciam a recordação do conteúdo de textos (*Memoria rerum*). A tradição monástica da *Memoria* era baseada na arte da leitura, ligada principalmente às técnicas de memorização recomendadas por Quintiliano: a releitura, cópia, anotação e recitação dos textos. Dentro dessas técnicas, Mary Carruthers (2007) aponta que o interessante era a noção de que a *Memoria* era tanto uma arte quanto um modo de ser no mundo, uma maneira de reconhecer o eu e administrar a relação entre o eu e os outros. Logo, o leitor tinha que digerir o que estava lendo e, ao armazenar seguramente as informações em sua memória, tornar-se o novo autor do texto lido. Carruthers (2007) aponta que, muito embora possamos questionar o caráter “plagiador” dessa postura, nos mostérios, essa técnica era compreendida mais como um diálogo entre memórias, ou ainda, uma maneira de preservar e compartilhar um conhecimento descomunal.

No final da Idade Média e início da Renascença, o retorno à memória retórica foi embasado por técnicas imaginativas e de analogia, isto é, através de manuais que repetiam e expandiam uma variedade de panos de fundo para o sistema retórico, por exemplo o desenho do mal com dentes negros e cabeleira desgrenhada para representar os vícios num universo moral. É importante ressaltar que houve, a partir da Renascença, uma laicização e popularização de esquemas mnemônicos, assim como uma nova concepção de seu uso prático, agora liberado e aconselhado para uso de advogados, doutores, professores, embaixadores, entre outros.

Os estudos atuais sobre influência entre escritores pode encontrar um embasamento bastante interessante se analisarmos mais pormenorizadamente o

movimento de “absorção” de textos lidos a partir das técnicas da *Memoria*.

1.2

A memória no Iluminismo e no Romantismo

Analisando as implicações dos usos da memória no Romantismo para a construção de identidades históricas e individuais, a pesquisadora Frances Ferguson (1996) aponta que temos um débito com John Locke, que defendia a importância da memória para ancorar um senso de continuidade individual através dos tempos. De acordo com Ferguson (1996), a memória, como conceituado por Locke, é um repositório para nossas ideias, funcionando como um modo de manter um estado mental seguro. Mais que isso, a pesquisadora aponta que Locke na verdade defendia que a memória é fundamental para qualquer ser de intelecto e que meras atividades de memorização são mais contra-produtivas do que satisfatórias. Ferguson irá defender que, para Locke, a faculdade de reter ideias e revivê-las após o seu desaparecimento é apenas uma dimensão da memória. A memória tem a capacidade de reviver percepções juntamente com as ideias já armazenadas e, indo além, de acrescentar uma nova percepção à percepção rememorada, produzida no momento da lembrança. Em seus estudos posteriores, Locke (Apud. Nidditch, 1975) recriou seu conceito original e demonstrou que, mais que um lugar, a memória é uma função da mente. Assim, Ferguson (1996) argumenta que a proposição de Locke levava à libertação dos indivíduos, pois ao libertá-los da repetição das mesmas ações continuamente, apresentava-lhes uma visão mais abrangente de seu próprio e possível progresso.

Quanto à David Hume, Ferguson salienta que ele seria “outro signatário de nosso débito” (Op. Citt., 1996, p. 523), visto que Hume, segundo a pesquisadora, será responsável por procurar distinguir imaginação e memória, demonstrando que, apesar da proximidade, a memória é sempre mais vívida e superior se comparada à imaginação. Contudo, tal é a proximidade delas que a imaginação pode, sob certas circunstâncias, suplantar a memória em força e vivacidade. Tal

conclusão de Hume, gostaria de salientar, poderia ser considerada bastante contemporânea, pois nega que o eu individual é estável e coerente. Cito uma passagem que ilustra bem meu ponto de vista: “I may venture to affirm of the rest of mankind, that they are nothing but a bundle or collection of different perceptions, which succeed each other with inconceivable rapidity, and are in a perpetual flux and movement”¹ (HUME, 2000, p.165).

Assim, para Hume, nossa imaginação nos dá a ilusão de haver uma unidade nas nossas diferentes percepções através dos tempos, e a memória contribuiria para esse senso ilusório de nossa unicidade. Dessa forma, ponto que as ideias de Hume sobre memória são visionárias justamente por entender a dificuldade de se conhecer o passado, de articular os campos de seu impacto no presente, como demonstraram correntes pós-estruturalistas e psicanalíticas no século XX.

1.3

A memória a partir do fim do século XIX

Embora nosso objetivo nesta seção não seja dar visibilidade a todos os pensadores envolvidos nas questões sobre memória em torno do fim do século XIX, salientaremos quatro posicionamentos que serão fundamentais para o encaminhamento do ponto de vista desta tese.

Inicialmente, Friedrich Nietzsche, em seu artigo “On the uses and disadvantages of history of life”² (1997) irá definir felicidade como a habilidade de esquecer ou “a capacidade de se sentir 'anahistoricamente' durante a sua duração” (1997, p. 103).

Para Nietzsche, o termo “vida” só pode ser entendido numa tensão dialética entre memória e esquecimento ou passado e futuro, e essa tensão muitas vezes toma a forma de uma luta agônica, geralmente marcada por uma linguagem violenta: “If he is to live, man must possess and from time to time employ the

1 “Eu posso me aventurar a afirmar sobre o resto da humanidade que eles não são nada mais do que um grupo ou aglomerado de percepções diferentes que se sucederam uma a uma com uma rapidez inconcebível e estão em movimento e fluxo perpétuos.” (*Tradução minha*)

2 “Sobre os usos e desvantagens da história de vida” (*Tradução minha*)

strength to break up and dissolve a part of the past”³ (NIETZSCHE, 1997, p. 75). Assim, nessa luta para dar um sentido a uma vida, certos pontos do passado necessitam ser deixados de lado para que, o esquecimento possa trazer felicidade. Ainda mais: equilibrar os momentos de historicidade e não-historicidade, isto é, de memória e esquecimento, é fundamental inclusive para a saúde humana, visto que não possuímos ainda o preparo para o fato de não nos esquecermos de coisa alguma, como é o caso da americana Jill Price. O caso está sendo estudado pelo pesquisador James Gaugh, da Universidade da Califórnia, que, após mapear o cérebro de Jill, percebeu que, em especial, o córtex pré-frontal (responsável pela memória de longo prazo) é maior nela do que na média de outras pessoas. Por outro lado, Jill possui lateralização anômala, uma confusão na divisão de tarefas dos dois hemisférios do cérebro, que está ligada ao autismo. Ainda sem uma conclusão, James Gaugh nomeou a capacidade de Jill como “síndrome hipertiméstica”.⁴

Henri Bergson é outro pesquisador que fará parte de nossa seleção aqui. Fundamentalmente, Bergson argumenta que o termo “memória” não é singular, mas, ao contrário, combina dois tipos diferentes de memória. A primeira é chamada por ele de “memória do hábito”, que consiste em obter certos comportamentos automáticos através de repetições e que coincide com a aquisição, por exemplo, dos mecanismos sensorio-motores. O segundo tipo seria a “memória pura”, que se refere à sobrevivência de memórias pessoais no inconsciente.

Embora estejamos acostumados a pensar em termos de dualismos extremos, o que Bergson (1988) pontua é que a maioria das formas de lembrança combina os dois tipos de memórias vistos acima. Por exemplo: ao nos referirmos aos sistemas mnemônicos da era clássica, podemos perceber que os métodos sugeridos buscavam fortalecer a “memória pura” justamente em favor da realização das atividades que requeriam a “memória do hábito”.

Um outro posicionamento sobre o processo da memória pode ser

3 “Se é para ele viver, o homem deve possuir e, de tempo em tempo, empregar a força para quebrar e dissolver uma parte do passado.” (*Tradução minha*)

4 Em <http://super.abril.com.br/cotidiano/mulher-nao-consegue-esquecer-447640.shtml>. Acesso em 14 de fevereiro de 2012.

encontrada no artigo “A note upon the 'Mystic Writing-Pad’”⁵ (1925), de Sigmund Freud. Nele, Freud procura elaborar sua noção de inconsciente retornando à metáfora da inscrição. Freud não se satisfaz com a noção de memória como “escrever em papel”, o que leva à permanência do traço. Ao contrário, Freud quer demarcar que sua noção de memória deve ser entendida como um interminável arquivo proliferante.

O modelo de se escrever num quadro-negro, por exemplo, onde a inscrição pode ser apagada poderia ser uma solução metafórica, contudo, não podemos nos esquecer de que a mente humana retém pelo menos uma parte do que fora antes escrito. Assim, o autor tenta solucionar o problema através do “Mystic Writing Pad”, ou seja, um modelo no qual há duas camadas separadas mas inter-relacionadas: a folha de celuloide e a placa de cera. Ao se escrever no quadro, a placa de cera retém traços do que foi escrito, mas que só pode ser percebido com certo grau de luminosidade, enquanto a folha de celuloide que aparece na frente consegue apagar tudo o que foi nela escrito assim que levantada.

Através dessa metáfora, Freud procurou demonstrar como funcionaria a mente: a parte consciente, que não retém traços permanentes, e a inconsciente, que armazena um registro mais permanente e que aparece ou é ocultado de nós em certos momentos.

Contudo, o ensaio de Freud sobre os processos de escrita, re-escrita e apagamento nada mais é do que uma tentativa de re-escrita de traços da concepção clássica de memória já demonstrada por Platão e Aristóteles. Assim, o modelo freudiano assume uma força performática que procura se estender além do analítico, isto é, um modelo que é um ato de inscrição e reinscrição, de escritura e apagamento, de lembrança e esquecimento.

Reflexões sobre a memória também estiveram presentes nos escritos de Walter Benjamin. As celebradas definições de “memória voluntária” e “memória involuntária” de Proust são revisitadas por Benjamin no começo de *Illuminations* (1973) para a observação da mutualidade entre lembrança e esquecimento. Além disso, nessa obra de Benjamin, o termo “memória” é levado a uma análise léxico-textual. Através da raiz latina da palavra *textum* (significando “rede”), Benjamin

5 “Uma nota sobre o bloco mágico”. (Tradução minha) Cf. FREUD, Sigmund. *General Psychological Theory*, Chapter XIII, 1925.

analisa a escrita de Proust dizendo que “only the *actus purus* of recollecting itself, not the author or the plot, constitutes the unity of the text”⁶ (BENJAMIN, 1973, p. 120). Ademais, a famosa atenção de Proust à tenacidade de como memórias são preservadas pelo olfato é ligada por Benjamin ao senso de peso experienciado por alguém que lança sua rede no mar dos *temps perdu*. As metáforas de Benjamin de como a linguagem de Proust recupera o passado podem ser vistas como notavelmente físicas, quase orgânicas e, a esse respeito, ecoam certas preocupações com a materialidade, já vistas em Nietzsche, Bergson e Freud.

1.4

Do século XX à contemporaneidade

A partir do século XX, os estudos de memória apareceram ligados a uma variedade bastante grande de linhas de pensamentos, seja pela cada vez maior opção por objetos de estudo antes não possíveis, seja pela enormidade de intelectuais formados nos centros universitários. Assim, estudos sobre a memória coletiva, sobre discursos da memória judaica, da memória do trauma, das diásporas, estudos sobre gênero, raça e nação levaram a um alargamento do campo dos estudos de memória. Veremos brevemente algumas possíveis interpretações.

Inicialmente, é importante se pensar na primeira pergunta: que produções possibilitaram um alvorecer nos estudos sobre a memória? Os pesquisadores Michael Rossington e Anne Whitehead (2007) pontuam que o fator mais importante tenha sido, possivelmente, a percepção de que não era mais possível recobrar um passado histórico como se ele estivesse sendo revivido através da obra literária. Assim, essa proposta de reinterpretar o passado ao invés de descrevê-lo passou a ser o ponto chave para muitos encaminhamentos analíticos sobre a memória.

Seguindo os estudos de Rossington & Whitehead (2007), vê-se que outro

6 “Somente o ato puro de lembrar a si próprio, não o autor nem o enredo, constitui a unidade do texto.” (*Tradução minha*)

fator de grande importância foi a publicação da obra *Zakhor: Jewish History and Jewish Memory* (1982), de Yosef Yerushalmi, seguido de perto por “Entre Memória e História”, a introdução de Pierre Nora para sua obra *Os Lugares da Memória* ([1993]1984). Ambos os textos emergiram de um engajamento com o trabalho de Maurice Halbwachs (2006) sobre memória coletiva.

Mais um fator que contribuiu para a explosão de estudos sobre memória foram os debates em torno da chamada *False Memory Syndrome* (FMS), no início dos anos 1990. De acordo com Rossington & Whitehead (op. Cit.), eles se originaram em 1993 com a False Memory Syndrome Foundation, na Filadélfia, EUA, quando pais foram protestar contra aquilo que eles acreditavam ser as falsas acusações de suas filhas crescidas que clamavam ter sofrido abuso sexual quando mais jovens.

Os trabalhos sobre FMS podem ser comparados, de modo instrutivo, ao trabalho sobre memória desenvolvido pelos estudos sobre o Holocausto, também no início de 1990. Rossington & Whitehead (op. Cit.) mostram que a pesquisa sobre o testemunho produzida por Shoshana Felman e Dori Laub foi colocada à prova por conta de questões de acuidade e autenticidade. Em *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis and History* (1992), Laub dá um exemplo de uma mulher sobrevivente de Auschwitz que “lembrou” erroneamente do número de chaminés destruídas na rebelião de Auschwitz. Para os historiadores, isso tornaria o seu testemunho sem valor porque não dá conta de uma representação acurada do passado. Para Laub, contudo, o erro da sobrevivente faz seu testemunho mais poderoso, pois ele marca a “incompreensibilidade” de se perceber qualquer chaminé destruída em Auschwitz. Outros fatores ligam as duas áreas: há sempre a questão da narrativa, da “verdade” e da identidade. Esses tópicos foram altamente questionados quando, por exemplo, revelou-se, em 1998, que a celebrada autobiografia dos campos de concentração de Benjamim Wilkomirski, chamada *Fragments: Memories of a Childhood, 1939-1948* (1996), era falsa. E mais: que seu autor era o suíço Bruno Grosjean, que nunca tinha sido confinado a um campo de concentração.

De acordo com Rossington & Whitehead (2007), nos estudos sobre o Holocausto, a centralidade da memória foi enfatizada também por reais

sobreviventes, como Primo Levi que, no capítulo de abertura da obra *The Drowned and the Saved*⁷ (1988), discute as vicissitudes da memória em relação aos eventos vividos. Da mesma maneira, o último trabalho de Charlotte Delbo, *Days and Memory* (1990), examina a natureza de suas memórias sobre Auschwitz.

Seguindo o trabalho de sobreviventes como Levi e Delbo, um grande interesse na chamada “memória traumática” cresceu nos anos 1990, principalmente centrada no volume editado por Cathy Caruth, *Trauma: Explorations in Memory* (1995). Embora o conceito de trauma tivesse uma aplicação vasta dentro de uma variação de eventos históricos e disciplinas acadêmicas, o Holocausto proporcionou um caso limítrofe e gerou muitos estudos naquele campo. Neil Levi e Michael Rothberg, em *The Holocaust: Theoretical Readings* (2003), indicam claramente que os estudos sobre trauma também estavam preocupados em discutir a ideia de um “passado sem solução” com relação a uma cumplicidade intelectual, como nos casos de Martin Heidegger e Paul de Man (Levi & Rothberg, 2003, p. 16). Quando os filhos de sobreviventes atingiam a idade adulta, a dúvida sobre a transmissão ou não do trauma do Holocausto para a próxima geração se tornou o foco central, principalmente no trabalho de Marianne Hirsch (1997), onde ela cunha o termo “pós-memória” para descrever as maneiras pelas quais indivíduos podem ser assombrados por um passado que eles não experienciaram pessoalmente, mas que foi “transferido” a eles, muitas vezes inconscientemente, por membros da família.

Outro fator que contribuiu muito para a emergência da memória como foco de estudo foi o discurso acadêmico dos estudos pós-coloniais. Segundo Rossington & Whitehead (2007), no coração do pós-colonialismo está a questão do império e de como ele vem continuando a dar forma ao presente. Logo, por sua ênfase nos efeitos contínuos dos processos e sistemas de imperialismo, há um grande interesse em questões como a temporalidade e o passado. Um de seus primeiros representantes foi Frantz Fanon (1967) que utilizava seu trabalho psiquiátrico a fim de traçar uma ligação entre a auto-estima individual e a coletiva ou nacional. Ele pontua que sentimentos como vergonha, auto-contentamento e dignidade são determinados, em larga escala, pela posição cultural ocupada pelo

7 Título da tradução brasileira: Os afogados e os sobreviventes. Cf. LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2004.

indivíduo.

Seguindo seus estudos, Rossington & Whitehead (op. Cit.) mostram como Gayatri Chakravorty Spivak e Homi K. Bhabha desempenharam um papel central na consolidação da crítica pós-colonial. Segundo os autores, o trabalho de Spivak é particularmente interessante no contexto dos estudos da memória, principalmente em função de seus estudos sobre subalternidade, onde ela questiona se o subalterno (entendido como o marginalizado da cultura da elite) pode realmente falar por ele mesmo ou se o subalterno está condenado a ser conhecido, representado e a ter voz ativa somente através de uma segunda ou terceira (Spivak, 1998). Mas o trabalho no campo da memória vem mais forte ainda quando a autora pontua a importância de se reconhecerem narrativas em primeira pessoa de indivíduos considerados subalternos, já que esses textos seriam fontes históricas que frequentemente estão ausentes dos arquivos, configurando então identidades discursivas que ofereceriam uma maneira não só de serem lembrados, mas também de fugir do estereótipo de não serem lembrados por não serem considerados como discursos expressivos ou irrepresentáveis (Spivak, 1998, p. 209).

O trabalho de Homi Bhabha está focado numa forma de repetição ou lembrança denominada de *mimicry*, presente em sua obra *O Local da Cultura* (1994). O autor pontua que há dois aspectos da *mimicry* que devem ser entendidos: *mimicry* como uma prática encorajada por colonizadores numa tentativa de criar uma identidade para os povos colonizados, através da qual o colonizador exige que os indivíduos coloniais lembrem-se e repitam as normas do poder de ocupação; e também *mimicry* como um significante de ambivalência, por meio do qual o relacionamento binário entre colonizador e colonizado é abalado.

Tanto Spivak quanto Bhabha trabalham sob a tônica da desconstrução principalmente com a intenção de enfatizar a complexa construção discursiva das comunidades políticas. Para eles, a memória é central para o pós-colonialismo, pois possibilita que as memórias cultural e pessoal possam ser usadas para analisar e, potencialmente, desestabilizar ou contestar as estruturas do império.

O contexto final para a emergência dos estudos de memória é o pós-estruturalismo, termo que, na verdade, não descreve um movimento coeso, mas

sim uma maneira de identificar um número de pensadores que desafiam a crítica ortodoxa e que postulam que identidades não são essências, mas eventos de uma linguagem. Fortemente ligada a essas concepções de identidade como “eventos de uma linguagem”, a memória formou uma das categorias nos estudos literários que o pós-estruturalismo revisitou e reavaliou. A crítica pós-estruturalista avançou não por propor diretamente suas ideias, mas por atribuir importância à linguagem de um exemplar específico de escrita, traçando através de sua análise gestos figurativos e retóricos. O pós-estruturalismo também contribuiu para os estudos de memória com uma série de leituras e tratamentos teóricos que acabaram por demonstrar que um texto é uma rede de significantes que necessariamente falha ao produzir um significado final, definitivo.

Jacques Derrida, por exemplo, fascinado com o trabalho de Freud, começou por avaliar o papel da escrita geralmente subvalorizado ou até mesmo suprimido na elaboração da psicanálise. Em seu artigo “Freud and the Scene of Writing”⁸ (1978), Derrida retorna ao texto de Freud, “Note upon the 'Mystic Writing-Pad'” (1925) a fim de revelar a significância das metáforas de escrita que permeavam a descrição do inconsciente feita por Freud. Argumenta o pensador francês que, se o inconsciente é um texto – como Freud sugeria – o seu conteúdo, composto de traços emaranhados, não poderia ser totalmente recuperado; que eles seriam apenas acessíveis através de modos de interpretação suplementares, segundo nos mostram Rossington & Whitehead (2007).

Michel Foucault, outro autor pós-estruturalista, em seu texto “Nietzsche Genealogy, History” (1977), retorna ao conceito de genealogia de Nietzsche com a intenção de utilizar suas implicações para a crítica do discurso histórico tradicional. Foucault contestou a noção de história como aquela que traçaria um desenvolvimento desde a origem até o ponto culminante ao argumentar que uma “análise genealógica” poderia contrariar a história ao enfatizar a descontinuidade e a instabilidade que há na base de uma identidade.

O impacto que o pós-estruturalismo teve nos estudos da memória recaiu na insistência de que um significado é sempre instável e indecível, e que o passado não pode ser completamente recuperado: o ato da memória é portanto conciliado a

8 DERRIDA, Jacques. *Writing and Difference*. Tradução de Alan Bass. London : Routledge, 1978. p. 246-91.

outros atos, mas necessariamente incompleto.

Contudo, principalmente a partir dos anos noventa, surgiram alguns teóricos para contestar a ênfase que se vinha dando aos estudos de memória, como, por exemplo, o crítico Kerwin Lee Klein (2000). Em seu estudo, o autor argumenta que a “memória” tem assumido o papel de um ícone meta-teórico, pois nos últimos tempos o termo tem se referido tanto a psicologias individuais quanto a práticas culturais de lembrança e seus artefatos materiais, como arquivos, monumentos públicos e museus. Klein argumenta que discussões sobre memória coletiva prontamente dão à “memória” o status de um agente histórico e que, assim, teríamos entrado numa nova era, onde os arquivos se lembram e os monumentos esquecem. Ele afirma que é importante para uma análise politicamente engajada que se preste atenção em quem está lembrando e/ou esquecendo.

Wulf Kansteiner (2002), outro crítico dos anos noventa, pontua que os estudos de memória ainda não fizeram muito para estabilizar uma base conceitual e metodológica, principalmente para os processos de memória coletiva. Assim como Klein, Kansteiner percebe uma falha na definição em discussões sobre memória coletiva e defende que a terminologia de memória individual é frequentemente estendida e mal aplicada: “Collectives are said to remember, to forget, and to repress the past; but this is done without any awareness that such language is at best metaphorical and at worst misleading about the phenomenon under study.”⁹ (op. Cit., p. 185)

Para Kansteiner, a memória coletiva representa um complexo processo de interação e negociação cultural entre três agentes históricos diferentes: os objetos visuais e discursivos de memória; aqueles que fazem a memória; e aqueles que a consomem. Segundo ele, embora os estudos de memória tenham chamado a atenção para os dois primeiros elementos, eles constantemente minimizam o papel do último. Assim, os estudos de memória precisariam mudar o foco da produção dos objetos de memória (que tendem a enfatizar a formação de uma comunidade interpretativa estável) para o processo de sua recepção, que traria à luz aqueles

9 “Dizem que as coletividades lembram, esquecem e reprimem o passado, mas isso é feito sem nenhum cuidado que tal linguagem é, na melhor das hipóteses, metafórica e, na pior, enganadora sobre o fenômeno sob estudo.” (*Tradução minha*)

verdadeiramente identificados com essas representações. Finalmente o autor chama a atenção para a inter-relação entre estudos de memória e políticas de identidade, assinalando que crises de memória historicamente tendem a coincidir com crises de identidade.

Tendo em vista a extensão do campo dos estudos de memória, procurarei, nos capítulos seguintes, abordar os posicionamentos mais adequados para o encaminhamento das interpretações que sugiro para obras literárias contemporâneas.